

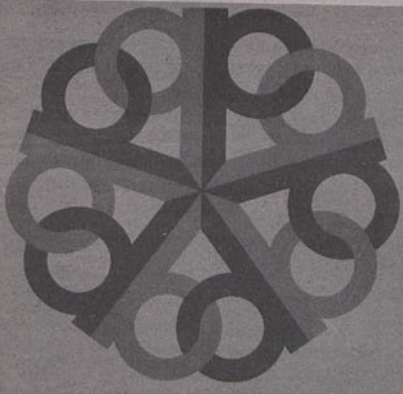
DEPOSITO LEGAL
-0. SET. 1975

Poder Popular

Director: Fernando Ribeiro Mendes Órgão do Movimento de Esquerda Socialista Ano I N.º 6 (Nova Série) 27 de Agosto de 1975 Preço 4\$00



FRENTE UNITÁRIA POPULAR



**PODER
POPULAR**
**UNIDADE
REVOLUCIONÁRIA**

MFA-DINAMIZAÇÃO CULTURAL + ACCÃO CÍVICA

**FRENTE UNITÁRIA POPULAR
DISSOLUÇÃO DA CONSTITUINTE JÁ
SOLDADOS, SEMPRE, SEMPRE AO LADO
DO POVO
CONTRA O FASCISMO CONTRA O CAPITAL
OFENSIVA POPULAR
FIM À VIOLÊNCIA FASCISTA
FIM À MISÉRIA DOS CAMPONESES
EM FRENTE POR UM PROGRAMA REVOLU-
CIONÁRIO
OPERÁRIOS, CAMPONESES, SOLDADOS,
MARINHEIROS UNIDOS VENCEREMOS
CONTRA O IMPERIALISMO UNIDADE REVOLU-
CIONÁRIA INDEPENDÊNCIA NACIONAL
UNIDADE DAS FORÇAS REVOLUCIONÁRIAS
TRABALHADORES UNIDOS EM DEFESA DAS
CONQUISTAS REVOLUCIONÁRIAS
REVOLUÇÃO SIM GOVERNO DE DIREITA
NÃO
MORTE AO ELP E A QUEM O APOIAR
AVANÇAR AVANÇAR PODER POPULAR
5.º GOVERNO, TRANSIÇÃO PARA A REVOLU-
ÇÃO
TRABALHADORES SOLDADOS MORADO-
RES ASSEMBLEIAS POPULARES
PELO PODER POPULAR; ALIANÇA MFA-PO-
VO
FORA A CIA
ABAIXO A SOCIAL-DEMOCRACIA**

Lisboa, 19.30 MANIFESTAÇÃO

1. No momento da verdade do processo revolucio-
nário português, um grande passo foi dado pelas
forças realmente empenhadas no seu avanço.

A histórica reunião da madrugada de 25 de Agosto em que participaram oficiais progressistas e revolucionários do M. F. A. e um amplo leque de partidos operários é inegavelmente uma grande vitória da classe operária, dos trabalhadores portugueses e da causa do socialismo.

Para o M. E. S. que, desde há muito se bate por uma autêntica política de unidade revolucionária, por uma FRENTE POLÍTICA que una os revolucionários civis e militares nas tarefas da construção do PODER POPULAR, rumo ao SOCIALISMO; as decisões desse encontro histórico são um passo decisivo para derrotar a social-democracia, aprofundando irreversivelmente o processo revolucionário pela identificação total entre militares progressistas e revolucionários com os interesses da classe operária e as forças de vanguarda operária.

2. O M.E.S. bateu-se ontem em batalhas parciais pelas nacionalizações, pela unidade dos trabalhadores do movimento sindical, pela correcta ligação do M.F.A. com o movimento popular de massas. Essas posições venceram. O M.E.S. bate-se hoje, com igual empenhamento revolucionário, pela uni-
cação da vanguarda política do processo, pela FRENTE UNITÁRIA. Essa tarefa tem, de agora em diante, um largo horizonte aberto, de onde as dificuldades não foram eliminadas, mas em que o anseio popular de UNIDADE REVOLUCIONÁRIA se materializa, enfim.

O M. E. S. bater-se-á no futuro, pela unificação da vanguarda de classe do proletariado, condição imprescindível do triunfo da revolução socialista, no caminho da emancipação total dos trabalhadores!

3. A tarefa central de todos os revolucionários e, portanto, a de edificar esta Frente social e política, definindo um programa revolucionário adequado à actual fase da revolução, tendo por base de trabalho o documento dos oficiais revolucionários do Copcon e as linhas programáticas do 5.º Governo Provisório.

Grandes responsabilidades cabem aos oficiais progressistas e revolucionários e aos partidos que se comprometeram nesta tarefa. Qualquer conciliação, qualquer transigência com as forças sociais democratas poderá deitar por terra todo o trabalho de unificação, frustrando os justificados anseios unitários e ofensivos das massas populares.

Ceder às pressões direitistas que tentam substituir o 5.º Governo Provisório por um Governo social-democrata;

Transigir com os homens que permanentemente balanceiam entre sociais-democratas e revolucionários;

(Continua na pág. 3)



ESPAÑA:

"APOIAR TODO O MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO CONTRA O REGIME EXISTENTE..."

... O proletariado não deve, nem por um momento sequer, considerar as outras classes e os outros partidos como «apenas uma massa reaccionária».

Pelo contrário, deve participar em toda a vida política e social, apoiar as classes e partidos progressistas contra os reaccionários, apoiar todo o movimento revolucionário contra o regime existente...

Em Espanha, a recente vaga de prisões de oficiais das Forças Armadas espanholas alertou a opinião pública internacional e os revolucionários para o agravar das contradições do regime ignóbil de Franco e para a sua queda iminente.

Tal como Lenine nos disse, o movimento que atravessa as Forças Armadas espanholas, o protesto democrático de centenas de oficiais subalternos contra o papel opressor da FFAA espanholas não pode ser indiferente aos revolucio-

nários portugueses.

O destino político da Espanha diz directamente respeito ao futuro da nossa Revolução.

Aos revolucionários espanhóis cabe não menosprezar a onda de revolta que grassa no aparelho repressivo número um da burguesia espanhola e do imperialismo. Daí que publiquemos dois documentos que desse protesto crescente no seio das FFAA espanholas dão testemunho a declaração de princípios da UMD, (União Militar Democrática, cujo parale-

lismo com o Movimento dos Capitães em Portugal é notório extractos de um comunicado particularmente expressivo do desenvolvimento deste Movimento.

gar os que estão ao serviço de partidos políticos quer do Governo, quer da oposição e dos Serviços de Informação Política.

Pertencer à U.M.D. implica uma exigência profissional e outra nacional. A nível

A recente prisão de alguns oficiais das Forças Armadas espanholas, acusadas de pertencer à UMD, feita nos processos habituais da repressão fascista a toda e

qualquer movimentação que ameace a ordem opressora, suscitou um comunicado clandestino ao povo espanhol de que citamos alguns passos mais importantes:

LÉNINE

Estas prisões estão relacionadas com o trabalho de grupos de militares de tendência democrática que tanto na capital como em diversas guarnições vêm levando a cabo um amplo trabalho de formação política e de acção entre os seus camaradas para lutar contra a pernicioso influência reaccionária a que as altas hierarquias militares sujeitam todo o corpo de oficiais...

Tentam transformar a imagem que o Exército tem oferecido aos seus compatriotas, até agora representando uma força repressiva que mais do que servir os interesses do povo, tem sido a guarda pretoriana de uma minoria poderosa. Durante os 35 anos deste regime o Exército tem sido cuidadosamente debilitado para não o deixar com mais poder que o justo e necessário para reprimir o seu povo desarmado..."

"Este movimento militar, a que se atribui o nome de U.M.D. tem amplas ramificações em diversas regiões militares e conta com componentes dos três ramos das Forças Armadas, Terra, Mar e Ar; podendo corresponder aos trezentos oficiais que já em Fevereiro, a propósito dos incidentes ocorridos numa reunião de oficiais da Academia Geral Militar da Capitania de Barcelona, a Imprensa estrangeira deu notícia. Cinco meses depois parece que o número duplicou..."

"A transcendência que este processo pode ter é imprevisível e o que é um facto é que o regime, tão empenhado em apresentar o seu Exército, único pilar sobre o qual se sustenta, como um bloco monolítico, não teve outro remédio senão estender a sua repressão à sua própria base e reconhecer que se abriu uma importante brecha na parte jovem é mais são das Forças Armadas..."



declaração de princípios da U.M.D.

O completo divórcio entre a Espanha real e o sistema totalitário que a governa, preocupado unicamente na sua permanência, está obrigando as Forças Armadas a assumir um papel de guardião dos interesses do actual regime, e não os do povo espanhol. A U.M.D., União Militar Democrática consciente desta situação, aspira a que as Forças Armadas se ponham exclusivamente ao serviço do povo, recuperando o seu prestígio e dignidade.

A U.M.D. é constituída por todos os quadros profissionais das FFAA que estejam dispostos a conseguir alcançar os seus objectivos nacionais e profissionais, apoiando-se precisamente na força da camaradagem militar, e nela não têm lu-

profissional, os membros da U.M.D. esforçar-se-ão por ser militares exemplares fugindo aos cargos cómodos e preferindo-os nas unidades. E dentro destas, com comando de tropas. A nível nacional assumirão a responsabilidade de adquirir uma profunda formação política, consciente dos riscos que isto actualmente implica.

Os membros da U.M.D. repudiam todo o vedetismo e comprometem-se formal e categoricamente a não aceitar nenhum título de recompensa nem de luvas pela sua actuação patriótica.

objectivos nacionais

1 Estabelecimento pleno dos Direitos do Homem e das liberdades democráticas, em consequência, promulgação de uma amnistia total para todos os cidadãos, civis e militares que tenham sido punidos por defender esses direitos.

2 Reformas de tipo socioeconómico conducentes a igualar a distribuição de riqueza, reconhecendo aos trabalhadores a plenitude dos seus direitos, e portanto à greve e o de dirigir e livremente organizar os seus próprios sindicatos.

3 Reconhecimento a todos os níveis territoriais e institucionais do direito de eleger democraticamente os seus representantes e de dotar-se da forma de Governo e de organização que julguem mais adequada, sem pôr em causa a integridade do Estado espanhol.

4 Combater com a máxima energia a corrupção que impera, propiciada pelo regime, até conseguir o seu desmascaramento e desmantelamento total.

5 A convocação de uma Assembleia Constituinte eleita democraticamente que elabore uma Constituição para Espanha que nos permita integrarmos na Europa Ocidental...



FRENTE UNITÁRIA POPULAR



No dia 25 de Agosto, com a presença de representantes do M. F. A. que actuaram simplesmente como elemento aglutinador, reuniram-se representantes dos seguintes partidos e organizações políticas: F.S.P., L.C.I., L.U.A.R., M.E.S., M.D.P./C.D.E., P.C.P., P.R.P.-B.R., 1.º DE MAIO, tendo aprovado os seguintes pontos:

1 — O documento do COP-CON e o documento «Linhas de Acção Programática e Tarefas da Transição» constituem base de trabalho válida para a elaboração de um programa político revolucionário.

2 — Um tal programa representa um instrumento indispensável para unir a articular a acção das forças políticas empenhadas no processo revolucionário e as massas populares.

3 — O documento «Linhas de Acção Programática e tarefas da Transição» constitui o docu-

mento guia básico para a actuação do Governo enquanto não se reunirem as condições necessárias para a formação de um Governo de unidade revolucionária.

4 — A criação de uma frente que englobe os partidos e outras organizações políticas revolucionárias, os militantes revolucionários, o M. F. A. e os órgãos autónomos de poder popular referidos no documento guia da aliança M.F.A./Povo, constitui a saída para o processo revolucionário.

5 — Decidem constituir um secretariado provisório destinado a articular acções que permitam uma ofensiva comum contra a reacção e pelo avanço do processo revolucionário.

6 — Declaram que esta plataforma se encontra aberta a todas as organizações, militantes revolucionários e órgãos do poder popular que a ela queiram aderir.

Deixar-se seduzir pela verniz antiburocrático com que pequenos burgueses frustrados, como o que ridiculamente são chamados «ex-M.E.S.» aliados aos «ex-M.F.A.» embelezam a conciliação de classes fatal à Revolução Socialista que preconizam são outras tantas maneiras de trair as responsabilidades assumidas perante a classe operária e todos os explorados e oprimidos deste País.

4. Sem ambiguidades, com autêntica firmeza revolucionária, a vitória da Revolução Socialista depende de que sejam levados até ao fim os objectivos imediatos de luta que o M.E.S. tem referido rigorosamente

Definição do Programa de Unidade Revolucionária.

Edificação de uma Frente Unitária e Popular, vanguarda política do processo revolucionário.

Transição do 5.º Governo Provisório para um autêntico Governo de Unidade Revolucionária que seja emanação dessa Frente Unitária.

Essas são as tarefas contidas na Resolução histórica da madrugada de 25 de Agosto.

Esse é o caminho da construção do Poder Popular, do Socialismo e da Independência Nacional do nosso país.

5. Mas para isso, tem o Poder político-militar de se definir ele próprio em termos de classe, e de uma vez por todas.

Há que dizer claramente não às propostas dos oportunistas civis e militares que se agrupam em torno do documento Melo Antunes.

Há que dizer claramente que essas posições oportunistas são, caso prevalecessem, uma traição à Revolução Socialista, a liquidação das conquistas populares e dos órgãos de poder popular, a cedência ao imperialismo. Há que apontar corajosamente todo o trama de manobras que os imperialistas ensaiam, e quais os seus cúmplices nacionais.

Os militares progressistas e revolucionários têm de assumir plenamente as suas responsabilidades e levar por diante a clarificação política sem cedências nem tergiversações.

Os militares progressistas e revolucionários, em aliança com as forças políticas que estão de facto empenhadas no combate ao fascismo, ao capitalismo e ao imperialismo, têm de saber assumir as suas próprias responsabilidades no que diz respeito à edificação da Frente Unitária Popular, à construção do Poder Popular no caminho da Revolução Socialista.

As forças políticas que assumiram as responsabilidades da histórica reunião de 25 de Agosto têm de levar por diante, e a todos os níveis, os seus propósitos de Unidade Revolucionária.

E àqueles que, neste processo de unificação das forças de vanguarda do processo, hesitam ou arripiam caminho, o M.E.S. diz claramente que essas forças não terão lugar na luta de morte contra o capital, na barricada dos explorados e oprimidos.

Conscientes das dificuldades, nós, sem quaisquer hesitações, empenhamos todas as nossas energias na construção deste Frente, do Poder Popular, na Revolução Socialista.

Contra o golpismo social-democrata, contra os oportunistas do Documento dos nove, contra todos os hesitantes, a Revolução Socialista triunfará!



Poder Popular

Jornal semanal
— todas as 4.ª-feiras

Propriedade
do Movimento
de Esquerda Socialista

Administração - Redacção
Av. D. Carlos I - 128, Lisboa
telefone 66 26 83

Composição e impressão
Renascença Gráfica - SARL
Rua Luz Soriano, 44 - Lisboa

ANGOLA

A 2.^a GUERRA DE LIBERTAÇÃO

Respondendo às sangrentas provocações da F. N. L. A., as FAPLA — Forças Armadas Populares de Libertação de Angola, expressão de um verdadeiro Exército popular, tomam a ofensiva em Luanda e libertam o povo dos actos de terror fascista a que estava submetido desde que estava submetido desde que aquele falso movimento de libertação de instalara na capital. Vencida a batalha,

de Luanda com a mobilização de todo o povo, logo se inicia uma luta generalizada por todo o território angolano, enquanto as F. A. portuguesas se vão retirando para alguns grandes centros urbanos. Neste momento desenha-se uma situação que permite fazer um balanço destas semanas de luta da segunda guerra de libertação de Angola.

OS ACORDOS DE ALVOR PARA O CAIXOTE DO LIXO

Os Acordos de Alvor foram uma vitória para o imperialismo na medida em que os instrumentos por ele forjados, F. N. L. A. e U. N. I. T. A., obtiveram um estatuto que de forma nenhuma lhes cabia — a de movimentos de libertação. Braços armados do capital, estas organizações não nasceram da vontade popular, nem exprimem os interesses das massas na aspiração da independência nacional. Foram lançadas e são sustentadas pelo imperialismo, com base em divisionismos tribalistas e dirigidos por oportunistas ávidos de poder.

Herança das mais pesadas da traição spinolista e consequência das ambiguidades do poder político em Portugal após o 25 de Abril, os Acordos de Alvor, caso fossem viáveis e respeitados à letra, favoreceriam apesar de tudo o M. P. L. A. o único movimento capaz de unir o povo angolano em torno de uma aspiração nacional de independência, liberdade e revolução social, especialmente as classes trabalhadoras e os quadros técnicos e intelectuais.

OS FALSOS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO

No aceso da luta, no terreno da prática concreta, nos momentos decisivos, a F. N. L. A. e a U. N. I. T. A. revelaram em seu verdadeiro rosto e a solidariedade dos interesses que defendem. É nestes momentos que as alianças de interesses se manifestam, revelando o carácter convergente e complementar destas organizações por um objectivo comum: impedir a verdadeira libertação do povo angolano, complementariedade na implantação geográfica (norte-F. N. L. A., centro-U. N. I. T. A.), nos interesses de clas-

Por isso, enquanto a U. N. I. T. A. utiliza a demagogia e o oportunismo, a F. N. L. A. sabia que só pela força e pelo terror conseguiria uma sólida implantação no conjunto do território. Daí as constantes provocações, os sequestros, os assassinios, a corrupção, traduzindo-se em constantes violações dos Acordos. Quer dizer: a F. N. L. A., pela sua própria natureza, mostrava-se incapaz de utilizar os instrumentos políticos que tinha ganho à mesa das negociações.

Hoje, no meio do sangue dos combatentes e de populares, no meio do pânico dos refugiados e do desamparo dos retornados, no meio do desespero dos colonialistas, os Acordos de Alvor mostram bem o seu ridículo, ao preverem esquemas de democracia burguesa num país que saíra da grande noite colonial-fascista através de uma dura guerra de libertação e que é obrigado a continuá-la contra o imperialismo, num teatro de operações de primeira plano na luta de classes à escala mundial.

se (grande capital internacional: F.N.L.A., pequeno e médio capital português-U.N.I.T.A.); complementariedade ao nível dos apoios externos (Zaire-USA para a F. N. L. A.; Zâmbia-Africa do Sul-Europa para a U.N.I.T.A.

Na corrida para a ocupação do território, e apesar das ajudas ocasionais de oficiais portugueses fascistas, do apoio dos colonialistas europeus, dos «pides» e de todo o aparelho repressivo colonial-fascista que nunca foi desmantelada, os falsos movimentos estão hoje confinados prati-

camente às regiões que correspondem às respectivas áreas tribais: a F. N. L. A. no Noroeste, na região dos kikongos, e a U. N. I. T. A. no planalto central do Huambo-Bié, na região dos bailundos.

O M. P. L. A., conquistando progressivamente a sua hegemonia no resto do território, afirma o seu carácter nacional, reduzindo a pó a suposta vinculação exclusiva ao grupo quimbundo e à região de Luanda, desfazendo a negra profecia da partilha do território em três partes: Norte para a F. N. L. A., Centro para o M. P. L. A. e Sul para a U. N. I. T. A. A si-

tuação actual já é, e tende a ser cada vez mais, a do controlo do M. P. L. A. sobre o conjunto do território, com excepção de duas manchas: a do planalto central, formando uma espécie de ilha controlada pela U. N. I. T. A.-F. N. L. A., e que será irremediavelmente suprimida dentro de pouco tempo; e a do Congo, sob domínio da F. N. L. A., em contacto estreito com o Zaire de Mobutu, mais difícil de anular, e que irá tornando cada vez mais o carácter de ocupação estrangeira, a varrer só através de uma guerra popular provavelmente prolongada.

A CRISE DO PODER EM PORTUGAL

As vicissitudes da luta em Angola são sobretudo o resultado da confrontação entre as forças político-militares em confronto naquele país. Mas reflectem igualmente as contradições do processo revolucionário em Portugal e as oscilações e impasses ao nível do poder político-militar que se verificam na quase ex-metrópole.

A falta de uma definição política clara, o que o mesmo é dizer, quanto aos interesses de classe em presença, e que se corporizou na famosa neutralidade activa, levou a atitudes prómas da demissão e do abandono, acompanhadas de intervenções pontuais a favor deste ou daquele movimento, ao sabor dos comandos militares locais ou das pressões que sobre eles se exerciam.

Tal prática, se bem que trnha favorecido em algumas ocasiões o M. P. L. A. tenha favorecido em outras vezes as forças contrárias, prejudicando ou atrasando assim gravemente o processo de unificação do território angolano e a luta de libertação do seu povo. Nunca foi explicado porque razão se abandonaram ao controlo da F. N. L. A. os postos de fronteira nas poucas estradas susceptíveis de circulação de material pesado, e ainda recentemente os aerodromos do Negave e do Gige (Carmona) e os portos do Ambriz e de Ambrizete, deixando assim nas mãos do invasor instrumentos de apoio logístico permitindo aumentar consideravelmente a penetração estrangeira em Angola e apagando a fron-

teira, a ponto de permitir a pilhagem do território em direcção ao Zaire.

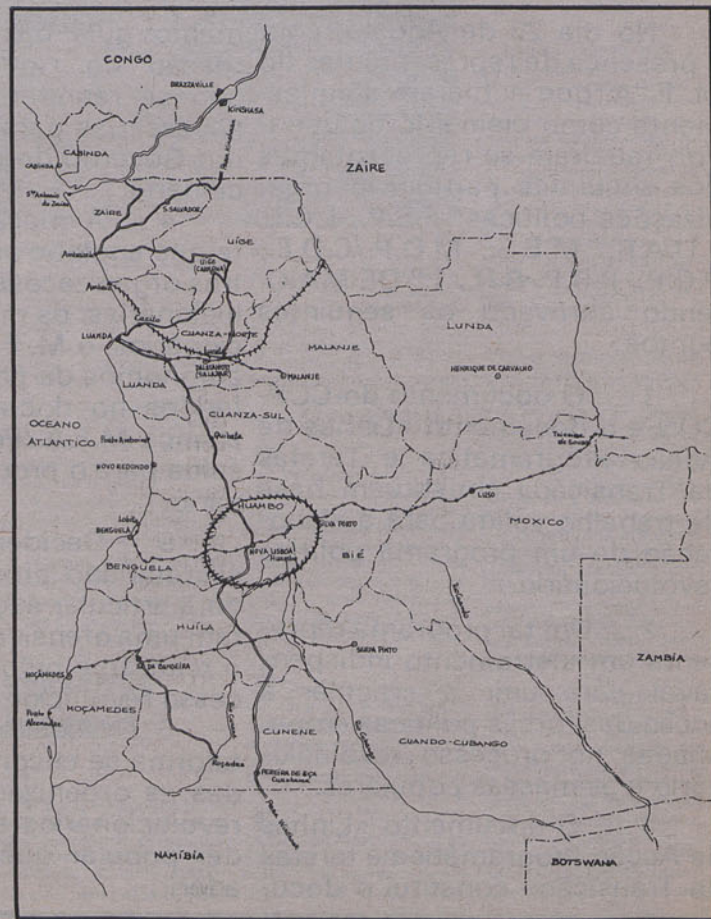
A consolidação do poder político-militar do M. P. L. A. no conjunto do território com a expulsão da F. N. L. A.-U. N. I. T. A. de todo o litoral de Luanda para o Sul, de toda a faixa leste e da maior parte da região central, cria condições para uma transferência de poderes efectiva do que ainda existe da autoridade portuguesa, do aparelho de Estado, das instalações e serviços, etc., directamente para o novo poder de facto controlado pelo M.P.L.A.

Esta transferência pode dar-se de uma forma deliberada, organizada e sistemática, no caso de se assumirem os interesses convergentes dos processos revolucionários em Angola e Portugal em termos de aliança contra o inimigo comum, ou pode dar-se de uma forma caótica, irregular e relutante, no caso de se manterem as contradições e as hesitações que são consequência da crise actual do Poder em Portugal.

O nosso processo revolucionário vive os seus momentos decisivos, chegou à hora da verdade em que

tudo se joga. Em Angola serão os angolanos que terão de lutar até final por uma independência real e completa. Mas do desenlace da crise em Portugal algo de importante dependerá para Angola. Se prevalecerem as forças do capital, consubstanciadas no documento dos «Nove» e exprimindo um projecto de conciliação de classes, é evidente que em Angola um tal projecto se exprimirá a nível internacional caracterizando-se, por cedências e apoios à F. N. L. A. e à U. N. I. T. A. como reflexo da obediência aos respectivos patrões. Tudo isto, à custa de mais sangue de angolanos, de maior ruína, de mais retornados.

Pelo contrário, se for avanço o processo revolucionário, impôr-se-á com todo o vigor uma solidariedade de classe que se traduzirá no terreno por uma aliança com o M. P. L. A., traduzindo-se em menos tempo, menos sangue e também menos retornados.



SÓ A REVOLUÇÃO SOCIALISTA DERROTARÁ O FASCISMO

A demasiada facilidade e leveza que muitas vezes se tem no uso de palavras com significado preciso, conduz quase sempre à deturpação das realidades a que se referem.

O fascismo, realidade histórica muito concreta e ameaça real ao processo revolucionário português, não deve cair no reino dos termos mais ou menos vagos, mais ou menos agressivos, utiliza-

democracia burguesa, social-democrata ou outro, com o fascismo.

Em Portugal o fascismo, a instalar-se, será pela mão da social-democracia mas também contra a social-democracia.

É por isso que não alinhámos, mesmo consideradas no sentido rigoroso e referindo-se, portanto, à social-democracia, com as críticas estalinistas ao «social-fascismo»: «O fascismo e a social-

São condições propícias ao recrudescimento do fascismo, tanto a crise económica prolongada como a crise profunda ao nível político-ideológico da classe dominante ainda no poder. Poucas vezes terá o País atravessado tempos tão maduros para que o germen fascista se desenvolva.

Só existe uma força capaz de esmagar este animal carnívoro, terrorista

na muito importante para a arrancada final do ataque fascista:

Um chefe que encarne a ideia do salvador da Pátria, simultaneamente violento e ordeiro, idealista «revolucionário», romântico e duro ao mesmo tempo.

No nosso País, um personagem como Spínola (ainda associado por muitos a um «25 de Abril» ideal) ou qualquer outro oficial, mesmo

res» e, continua este líder mais de acções que de palavras» e «revolucionário por intuição» ávido de «estar com as massas», com «todo o povo»: «... fazendo tremer a burguesia»: «Não se trata pois de criar uma ditadura de classe através de um partido político, mas da soberania popular (...) não se fundará um partido mas dar-se-á impulso a um novo movimento (...) criar-se-á o an-

pobre do Norte se possa desvencilhar das influências do caciquismo local e do clero reaccionário, avançando conjuntamente na revolução socialista que, então sim, poderá ser de todos os explorados.

Querer inverter o processo, colocando o proletariado atrelado (e reprimido) à chamada «vontade da maioria do povo», é beijar a mão ao fascismo, já que, na falta de



do quase sempre à guisa de ofensa pessoal ou para generalização das forças de direita.

Se nem todas as ditaduras de direita são fascistas, é um facto que todo o fascismo é uma ditadura de direita.

Quando dizemos que **ao povo trabalhador português não restam senão duas hipóteses — o caminho decidido e revolucionário para o socialismo ou o recuo violento à ditadura fascista**, não estamos aqui a confundir, ao correr fácil da caneta, um regime qualquer de

democracia são os dois aspectos de um mesmo instrumento da ditadura do grande capital. A social-democracia está em vias de se tornar da ala direita do movimento operário na ala esquerda da burguesia e, assim, no fascismo».

Com esta visão estreita pretende-se ignorar as contradições profundas entre estas duas formas não conciliáveis de existência da sociedade capitalista, embora ambas indiscutivelmente ligadas aos interesses e necessidades do grande capital.

e estúpido que, a instalar-se no poder, provocará de certo o maior golpe que o movimento operário pode receber, adiando por alguns anos todas as conquistas dos últimos meses.

Essa força antifascista, a única consequente, é a ofensiva de massa anticapitalista e a coesão revolucionária da classe operária, soldados e marinheiros, agrupando e dirigindo sectores significativos da pequena-burguesia, camponeses pobres, intelectuais, oficiais e sargentos revolucionários.

Só uma ofensiva operária e um poder revolucionário pode agregar às camadas proletarizadas da população, capazes de assumir o papel dirigente necessário e fundamental, todos os outros trabalhadores, indecisos e por isso manipuláveis pelas forças reaccionárias. Quando as organizações operárias passam a uma estratégia de fensiva, a iniciativa revolucionária é posta de lado em benefício da organização e avanço do inimigo principal da classe, a burguesia. Então, com condições sociais favoráveis, uma coisa se tor-

mais radicalizado à «esquerda» e idolatrável, pode assumir, em tempo oportuno, este papel. Hitler disse em 1933:

«Queremos substituir a eterna vacilação pela firmeza de um Governo que tornará a dar ao nosso povo uma autoridade inabalável.

«De camponeses, burgueses e operários tem de formar-se um povo. Esse povo tomará então, para todos os tempos, à sua fiel guarda, a nossa fé, a nossa cultura, a nossa honra e a nossa liberdade.»

Na Alemanha e principalmente em Itália também o fascismo se instala com todo um aparato de «esquerda» radical.

Mussolini foi um dirigente da ala «esquerda» do Partido Socialista Italiano do qual chega a fazer expulsar (Congresso de Regio Emilia) os dirigentes reformistas (Bislati e Bonomi).

É um homem de «esquerda» radical que, num momento de crise total da burguesia, de desordem, de crise económica e de impotência do movimento operário, disse:

«Construiremos um antipartido de realizado-

tipartido».

Hitler diria em 1933:

«Temos de tornar a encontrar o caminho que una os milhões de homens que, repartidos em profissões, foram separados em classes artificiais, que atacados de vaidade e delírio de classe, deixaram de se poder compreender reciprocamente (...) não posso pugnar pelos interesses de um povo, se não reconheço a força mais importante (população camponesa) na corporação que realmente representa o futuro da nação (...) não bastava para alimentar 6,5 milhões de desempregados expor-lhes famosas teorias segundo o método marxista mas sim dar-lhes que fazer.»

Estas tiradas populistas refletem a necessidade de tirar ao proletariado a condução do processo. Sobre o pretexto da unidade nacional e da vontade das maiorias atrasadas, retira-se ao movimento de massas a vanguarda (de necessidade científica) capaz de dirigir e assim agregar à sua volta, revolucionariamente, o movimento de massas mais amplo possível, onde, no caso português, o camponês

direcção proletária, tanto o pequeno camponês como o burocrata improdutivo, não refletem senão a hegemonia ideológica do grande proprietário, do burguês abastado e do pai — a burruesia.

Este trabalho de inversão do processo revolucionário só pode ser iniciado em Portugal pela social-democracia («Documento dos 9»/P.S.).

Só o avanço decidido e revolucionário das massas populares o pode evitar, e este avanço não pode ser feito sem a classe operária no comando do processo.

Se a social-democracia vencer, o fascismo se encarregará por sua vez de destruir a social-democracia.

A necessidade de reprimir o movimento operário para garantir os acordos feitos para o investimento imperialista, reduzirão o «socialismo em liberdade» à sua realidade prática e consentânea com as condições objectivas no nosso País para a manutenção da exploração capitalista: uma ditadura repressiva de extrema direita.

A CLASSE OPERÁRIA NÃO O PERMITIRÁ.

OS OPORTUNISMOS

Continuação da pág. 10

mais arriscados que tomavam com os revolucionários que então lutavam nas duras condições do fascismo, a Revolução não deixará senão o eco caricato do seu vozear oco e o lixo das suas páginas inúteis.

O M. E. S., movimento comunista, denuncia vigorosamente esses oportunistas cujo carreirismo serve às mil maravilhas a contra-revolução, porque o avanço do movimento popular e da Revolução Socialista o exi-

gem.

Não recorre, nem recorrerá jamais, o M. E. S. ao intriguismo e à baixa política. Mas não nos faltará nunca a firmeza revolucionária para denunciar clara e inequivocamente todo e qualquer oportunismo que ameace fazer perigar a Revolução proletária no nosso país. Nestas alturas o silêncio é sempre uma atitude cúmplice. O M. E. S., movimento comunista, não pactua com o oportunismo radical pequeno-burguês.

É TEMPO DE DIZER TODA A VERDADE!

O avanço e reorganização das forças de direita vem-se processando em ritmo vivo desde há já bastante tempo.

A ofensiva congrega todas as forças do capital nacional e internacional.

Na unificação de tão ampla frente capitalista teve papel preponderante a actuação decidida do P.S. e do seu aguerrido secretário-geral. Além deste, convergiram os restantes partidos burgueses (PPD e CDS), grupos de agitadores caciques, (ELP e alguns bispos) e as forças do imperialismo americano (Carlucci, CIA e constante ameaça de intervenção da NATO e marines americanos).

Esta tenebrosa aliança ia exercitando as suas garras na agitação e instrumentalização dos camponeses do Norte e em acções de comandos, tendo-se materializado na queima de dezenas de sedes de partidos de esquerda e na criação de um clima de instabilidade e violência que espalhasse o descontentamento em largas camadas da população, justificando a aplicação de medidas repressivas.

Isto criaria as condições ideais para que os saudosistas da velha ditadura fizessem surgir um messias disposto a salvar o povo. Claro que os comunistas seriam responsabilizados pelo caos existente e seriam precisamente os seus causadores a fazer tal acusação.

Juntando-se a tudo isto, surge o plano Melo Antunes, que permite unificar, agora dentro das Forças Armadas, todos quantos têm medo do poder dos Trabalhadores.

Uma certa linguagem de esquerda e muita demagogia pretendiam juntar aos reacçãoários os hesitantes e os que, embora desejando o avanço do processo revolucionário, discordam, por razões de fundo ou de pormenor, do modo como ele se tem vindo a desenvolver.

A participação dos denominados «ex-MES», grupo de intelectuais politiquieiros, sedentos de poder, permite espalhar a confusão sobre o real significado do texto Melo Antunes e apresentá-lo demagogicamente como da esquerda.

Assim avançam os mentores da manobra na sua aprovação em várias unidades militares, em reuniões onde nem se chega normalmente a discutir o texto que é apresentado aos soldados como correspondendo ao pensamento do MFA.

Na tarefa de aproveitamento político destas manobras têm particular relevo os jornais controlados pela burguesia Expresso e Jornal Novo que apresentam como factos tudo quanto convenha aos seus planos, independentemente da correspondência ou não com a realidade.

DOCUMENTO COPCON

É neste ambiente tenso e de recuo das posições progressistas, em que toda a esquerda se encontra debaixo de fogo, que surge o documento-proposta de trabalho do COPCON.

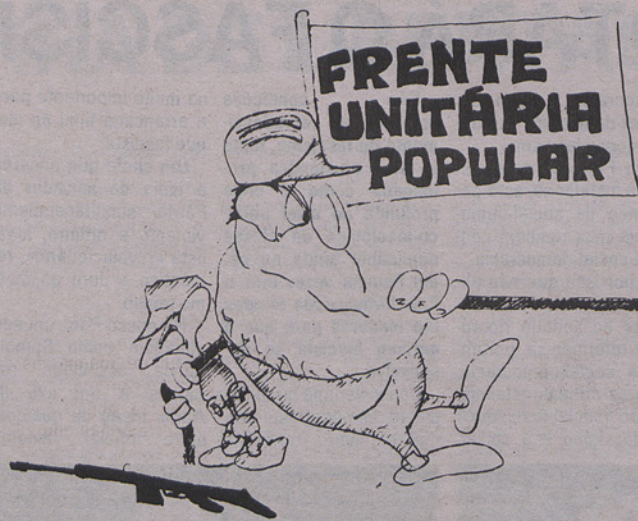
Este documento, para além do facto de apontar uma perspectiva revolucionária face a crise, surgia num momento particularmente importante, precisamente por estar em curso a ofensiva das forças do capita, vindo dar novo alento (e um plano de trabalho às forças de esquerda para se lhe oporem).

Imediatamente surge e cresce um amplo movimento de adesão popular a este documento, expresso em centenas de mensagens de apoio, emitidas por comissões de trabalhadores e moradores.

É ainda com este documento como pano de fundo que se realiza a grande manifestação da passada quarta-feira, a que dedicamos análise mais profunda noutro local deste jornal.

TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO

Surge então a tentativa de conciliar o inconciliável com de conciliar a social democracia capitalista e o poder popular.



A frente desta tentativa surge o general Otelo Saraiva de Carvalho que com os nove, se mete ao trabalho.

Esta tentativa é denunciada por várias organizações.

O MES fá-lo, no domingo, em comunicado, nos seguintes termos:

«A POSIÇÃO DO MES

A unidade e firmeza das massas derrotarão o golpismo social-democrata e obrigarão os hesitantes e conciliadores a definirem-se:

Ou ao lado da burguesia e social-democracia a caminho do fascismo.

ou do povo trabalhador a caminho do socialismo.

O documento de Melo Antunes é de direita serve os interesses da social democracia e da exploração.

Porquê?
Porque — Combate o poder popular chamando-lhe anarco-populismo

— Põe em causa as conquistas já atingidas pelas massas trabalhadoras dizendo-lhes que se andou depressa demais

— Propõe uma independência nacional que não passa do reforço da submissão do nosso país ao imperialismo, à NATO e ao Mercado Comum capitalista

— Visa a substituição do V Governo Provisório por um Governo direitaista baseado no PS, PPD e pretensos independentes como os carreiristas apelidados de «ex-MES».

O documento dos oficiais revolucionários do Copcon é de esquerda: aponta para a saída revolucionária da crise político-económica

Porquê?
Porque

— Recusa a via do fascismo, da social democracia e do capitalismo de Estado

— **Propõe um conjunto de medidas que respondem aos interesses e necessidades das massas populares, dos operários, dos camponeses, dos trabalhadores**

— **Defende o Poder Popular e a necessidade de lutar contra o imperialismo pela Independência Nacional**

O que se passou nos últimos dias Todos os oficiais direitaistas e reacçãoários que ainda se encontram nas Forças Armadas e todas as forças políticas ao serviço do capitalismo (do CDS ao PS), apoiaram o Documento Melo Antunes, e lançaram uma ofensiva contra-revolucionária que contou com vários apoios. A saber:

— **A posição do general Otelo Saraiva de Carvalho que, tentando conciliar uma posição de direita com uma posição de esquerda, se aliou aos «nove».**

— **A posição do general Fábão que finalmente se definiu apoiando Otelo.**

— **A posição das forças políticas que apostavam nessa conciliação.**

Estavam assim reunidas forças que se abançaram a lançar um ultimato exigindo a demissão de Vasco Gonçalves e do Governo Provisório.

Estavam assim criadas as condições para a possibilidade real de um golpe de Estado direitaista.

Por tudo isto vivemos e estamos a viver momentos decisivos para a Revolução Socialista.

Só a decisão dos soldados, marinheiros, sargentos e oficiais revolucionários expressa nas tomadas de posição contra o documento Melo Antunes e na recusa da conciliação, e a firmeza e unidade revolucionária das massas expressa na grande manifestação de apoio ao «documento dos oficiais do Copcon» pode travar o golpe de Estado que esteve iminente.

Estamos a viver o momento da verdade e nesta situação devem dizer-se as verdades.

AS VERDADES

Deve dizer-se que

— **O PCP na fase crucial da ofensiva contra-revolucionária toma uma posição conciliatória estendendo a mão às posições da social-democracia, posição que foi forçada a rever pela decisão dos revolucionários civis e militares.**

— **O general Otelo Saraiva de Carvalho perdeu a confiança dos oficiais revolucionários do Copcon.**

— **O general Otelo já nada tem a ver com o documento dos oficiais revolucionários do Copcon, e o chamado documento síntese representa apenas as posições «Melo Antunes».**

— **O general Fábão definiu-se tomando posição ao lado da corrente Melo Antunes.**

— **O Copcon deixou de representar uma força coesa do ponto de vista político-militar.**

As posições do Movimento de Esquerda Socialista são claras

Nós dizemos

Superar a actual situação através de um projecto verdadeiramente revolucionário, sim.
Derrubar o V Governo Provisório e Vasco Gonçalves para os substituir pela corrente Melo Antunes, e social-democracia e quem a ele se aliou



e fizer o seu jogo, mesmo com a aparência de esquerda, NÃO.

Nós dizemos que este é o momento da verdade.

O momento em que os autênticos revolucionários se medem decisiva e definitivamente pelas posições claras e inequívocas que defendem, face às tarefas urgentes para a construção do socialismo.

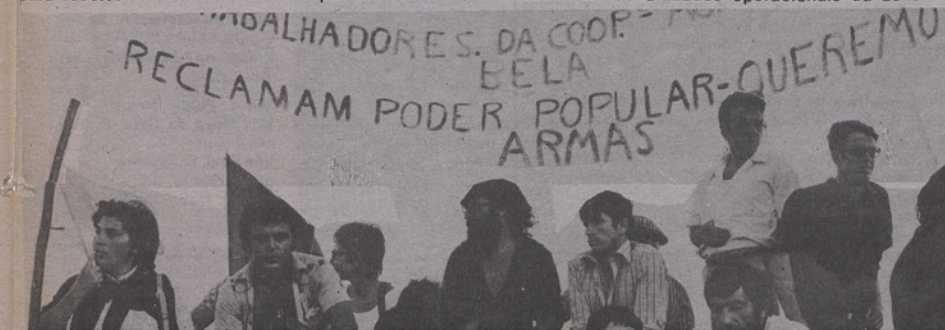
Quais são essas tarefas?
Definir o programa revolucionário que a actual fase da revolução exige.

Unificar a vanguarda política construindo uma frente unitária popular que agregue todas as forças progressistas e revolucionárias, civis e militares em torno desse programa.

Formar um Governo de unidade revolucionária capaz de promover a execução desse programa revolucionário.

Esta é a única saída revolucionária que existe para a situação actual.

Para fazer avançar a revolução não pode haver conciliação com os inimigos da revolução. Nos novos órgãos de poder político, que têm de ser criados para resolver a crise em favor do povo trabalhador,



reunindo os revolucionários civis e militares, não há lugar para oficiais como Otelo Saraiva de Carvalho, Fábão, Melo Antunes, Vasco Lourenço, Sousa e Castro e todos os que a estes se aliaram!

No Exército Popular que temos de criar não há lugar para os oficiais direitaistas hesitantes e conciliadores.

Camaradas trabalhadores, soldados, marinheiros, sargentos e oficiais revolucionários: A ameaça do golpe de Estado direitaista mantém-se

Firmeza e vigilância revolucionária!»

A ÚLTIMA SEMANA

Neste último domingo, a crise político-militar apresentava-se totalmente madura. Os campos esta-

vam definidos e defrontavam-se. Desde quinta-feira que Otelo Saraiva de Carvalho, em nome do MFA «ou melhor, desse movimento que considero mais puro e a que chamarei movimento 25 de Abril» (com Spínola), tomava posição, enviando uma carta a Vasco Gonçalves em que defendia a necessidade do seu afastamento.

Desde aí, os nove, aibão e Otelo desenvolviam intensa actividade por todo o país, em reuniões nas várias regiões militares, contabilizando as forças fiéis e tentando chamar a si os regimentos que por todo o lado ameaçavam fugir-lhes. São particularmente significativos os desligamentos do Copcon, dos fuzileiros, e da Força Aérea. Também era sabido que Unidades como o Ralis, Rioq e RE1 deixaram de obedecer à hierarquia Otelo Fábão.

O comunicado emitido pelo general Fábão sexta-feira à noite, e lido pelo major Golias apelando à obediência à hierarquia existente (de que no exército ele é o maior pode interpretar-se como tentativa extrema de conciliar posições e recuperar apoios).

Entretanto, a partir de sábado de manhã, os «operacionais», dada a eminência da confrontação, preparavam esquemas de mobilização popular na eventual necessidade de distribuição de armamento.

Ironia da Revolução — Otelo Saraiva de Carvalho que por várias vezes afirmou que, se necessário, armaria o povo, estava neste momento do outro lado da barricada.

Entretanto, na tarde de sábado, um elemento novo vem alterar o puzzle existente. **Costa Gomes** (veja-se o discurso na tomada de posse dos secretários de Estado, se recusara, durante toda a recente crise, a demitir Vasco Gonçalves, muda de posição, por volta das 16 horas. A isto não terão sido estranhas, segundo fontes próximas da Presidência da República, as visitas dos embaixadores inglês e americano, muito particularmente a deste último. Note-se que Carlucci se manterá muito activo neste período voltando a encontrar-se no domingo com Costa Gomes, assim como com os nove.

UNIDADE DOS MILITARES DE ESQUERDA

A posição dos vários sectores militares, nomeadamente daquele que apoia a proposta de trabalho do Copcon, era já conhecida face à opção (única de momento) entre Vasco/Fábão, é unânime a decisão de apoiarem a permanência do 1.º Ministro e do V Governo Provisório.

Assim, realiza-se, durante toda a noite em S. Julião, uma reunião em que participam os chefes da maioria das unidades operacionais da zona de

reunindo os revolucionários civis e militares, não há lugar para oficiais como Otelo Saraiva de Carvalho, Fábão, Melo Antunes, Vasco Lourenço, Sousa e Castro e todos os que a estes se aliaram!

No Exército Popular que temos de criar não há lugar para os oficiais direitaistas hesitantes e conciliadores.

Camaradas trabalhadores, soldados, marinheiros, sargentos e oficiais revolucionários: A ameaça do golpe de Estado direitaista mantém-se

Firmeza e vigilância revolucionária!»

Nesta reunião Costa Gomes mostra-se pouco disposto a voltar atrás com a sua decisão de demitir o Governo.

Surpreendentemente, de madrugada, era entregue aos órgãos de Informação um comunicado emanado da Presidência da República em que se afirma a necessidade de reestruturar o Conselho da Revolução a respeitar os órgãos revolucionários do

reunindo os revolucionários civis e militares, não há lugar para oficiais como Otelo Saraiva de Carvalho, Fábão, Melo Antunes, Vasco Lourenço, Sousa e Castro e todos os que a estes se aliaram!

No Exército Popular que temos de criar não há lugar para os oficiais direitaistas hesitantes e conciliadores.

Camaradas trabalhadores, soldados, marinheiros, sargentos e oficiais revolucionários: A ameaça do golpe de Estado direitaista mantém-se

MFA, nomeadamente a Assembleia do MFA, devendo entretanto o Governo continuar a assegurar a administração do País.

Este comunicado, que não corresponde totalmente à posição expressa pelo Presidente da República, foi recebido com frieza nos círculos político-militares que lhe atribuíram uma mera intenção de ganhar tempo.

Ainda no domingo é emitido outro comunicado pela 5.ª Divisão onde se procura desenvolver o sentido do primeiro, dando-lhe o significado de vitória da esquerda.

Ao fim da manhã, Carlucci encontra-se com Costa Gomes. Posteriormente este suspende o comunicado da presidência da República, alegando estar a provocar interpretações incorrectas, numa alusão evidente ao comunicado da 5.ª Divisão.

É nesse contexto de confrontação, de avanços e retrocessos, que os vários sectores militares interessados na defesa das posições progressistas) que poderemos, para comodidade de análise, dividir em duas linhas — a que está mais directamente ligada ao texto do Copcon e a que segue de perto as posições de Vasco Gonçalves) se reúnem no domingo ao fim da tarde, para discutir a situação.

Desta reunião sai a ideia de convocar representantes dos vários partidos de esquerda para discutir as medidas a tomar. Nessa mesma noite, dá-se a reunião com a presença de 7 organizações que aprovam o texto base da Frente Unitária Popular.

Fica desde logo a funcionar um secretário permanente cujo primeiro acto público é a convocação de uma grande manifestação para Lisboa, hoje, quarta-feira.

QUE SAÍDA?

Na segunda-feira de manhã os elementos militares que tinham estado nesta reunião, encontram-se com o Directório. Nada fica resolvido, transferindo-se a decisão para o Conselho da Revolução.

Note-se que entre sábado e segunda-feira se torna público que Otelo estaria disposto a abandonar os nove, juntando-se aos oficiais revolucionários do Copcon e subscrivendo integralmente o documento por eles elaborado.

No entanto, na reunião do Conselho da Revolução, volta a fazer o jogo de Melo Antunes, apesar das promessas feitas aos oficiais do Copcon e à Frente.

Este facto não deixou, por certo, de ter influência nas posições que aí foram assumidas. De facto, se as decisões de convocar a Assembleia do MFA e de admitir no seu posto o brigadeiro Corvacho (o que implica a realização dos saneamentos por ele exigidos) são importantes vitórias para as da 5.ª Divisão mais não é do que uma concessão às demagógicas e oportunistas exigências da direita. De facto, não é com medidas deste tipo que, sequer, se contribui para a melhoria de funcionamento de organismos que, ainda que com erros, sempre têm lutado pelo avanço do processo.

Neste momento a crise não está ainda vencida, pois, embora pareça afastada a possibilidade do Governo Fábão, chave do golpe social-democrata, ainda não foram tomadas as medidas decisivas que limpem as Forças Armadas dos golpistas que nelas ainda se mantêm.

As massas populares já mostraram estar mobilizadas e dispostas a lutar, se necessário, de armas na mão.

Elas têm o direito, todos os tempos, de exigir firmeza e decisão de todos os revolucionários, nomeadamente todos os militares) soldados sargentos e oficiais que afirmam estar ao lado do povo na luta pelo socialismo.

Hoje na manifestação convocada pelas várias organizações que subscreveram a plataforma unitária, as massas trabalhadoras exigiu-lho. É tempo de fazer das palavras acção.

**MORTE À SOCIAL-DEMOCRACIA!
AVANÇAR, AVANÇAR, PODER POPULAR!**

Derrotemos a reacção...

Um pouco por toda a parte onde a confusão e a hesitação o permitem, os reacçãoários, instalados neste ou naquele partido «popular», «democrático», do «centro» ou, até, «socialista», combinam a acção terroristista com a provocação mais primária na ansia de insolos os combatentes da revolução socialista.

Em Chaves, a intransigente atitude dos nossos camaradas no esclarecimento político e organização popular e no combate aos caciques e aos reacçãoários foram mimoseados com nacos de prosa dignos de qualquer editorialista do defunto «Diário da Manhã».

A seguir transcrevemos passos desse inqualificável comunicado da comissão conselheira do PPD e da resposta do núcleo do MES, de Chaves.

Reza o primeiro: «... com que direito o grupelho MES evoca o nome dos trabalhadores explorados e com atrevimento inaudito aconselha à vigilância popular... qual é o povo, quais as classes exploradas que dão ouvidos à insensatez e aldrabices dos MES?»

Desconhecem que o povo mais explorado e humilhado é PPD de gema?...

Senhores MES, as forças reacçãoárias foram finalmente referenciadas pelo povo deste País. Os reacçãoários são os que como vós, preconizam a ditadura, os que o povo repudia, os que trazem os olhos injectados de ódio... os que traíndo tudo e todos prepararam o País para um regime de terror. Trabalham, deixem de coçar os fundilhos das calças pelos cafés... E termina em grande estilo:

«Contra os reacçãoários MES, liberdade; contra os social-fascistas MES, democracia; o socialismo puripartidário, vencerá; viva a social-democracia» (SIC).

A resposta dos nossos camaradas fala por si: «Derrotemos a reacção fazendo a Revolução!».

A RESPOSTA DO NÚCLEO DO MES

É verdade. O MES evoca o nome dos trabalhadores. Porque no MES militam trabalhadores. Aqueles que os senhores dizem coçar os fundilhos das calças pelas cadeiras dos cafés, estão no gozo de merecidas férias, depois de um ano de trabalho árduo e laborio-

so no ensino dos filhos... esses filhos da burguesia pèpêdesca. E, enquanto isto, outros, trabalham nas nossas aldeias, de enchada na mão, de sol a sol, como os verdadeiros trabalhadores, orgulhando-se da sua contribuição para a restauração do nosso Portugal. Outros ainda, lutam nas nossas aldeias pelo esclarecimento do nosso povo, tentando a formação de conselhos de aldeia, comissões de trabalhadores, comissões de moradores, enfim, lutando pela construção do Poder Popular aprovado em Assembleia pelo MFA, apesar de sermos corridos a tiro pelos PPD's (aconteceu em Travancas ao nosso camarada Zé Maldonado), que não querem, de forma alguma, que se pretenda abrir os olhos ao povo mas que quem, como Salazar, manter analfabetos. Aliás, vocês pensam como esse bandido, que afirmou muitas vezes: «Quanto mais analfabeto for o povo mais obediente é e melhor se Governa a nação». E isso que o PPD quer. Senão, vejamos: — Que tem feito o PPD pela construção do Poder Popular? Nada...

Será então esse partido «popular» e «democrático»? O PPD tenta liquidar a construção do Poder Popular, tenta impor um Governo de coligação social-democrata e neo-fascista de fantoches do imperialismo, lançando trabalhadores contra trabalhadores, isolando os oficiais progressistas do MFA.

E porque é que o PPD reacçãoário encontra terreno para se desenvolver? — Porque a burguesia e o imperialismo não estão aniquilados, dispoindo de poderosos meios de acção; — Porque largas camadas da população estão sujeitas ao domínio político e ideológico de caciques ferozmente anticomunistas; — Porque a hierarquia católica utiliza toda a sua Imprensa reacçãoária sobre milhares e milhares de portugueses;

— Porque há uma indefinição de claros objectivos que contemplem certos sectores da população, os quais as vêem lançados no descontentamento e na insegurança quanto ao futuro; — Porque o MFA, apesar do grande salto em frente dado na última assembleia, onde foi institucionalizado o Poder Popular, continua dividido, havendo no seu seio oficiais hesitantes,

conciliatórios e outras francamente reacçãoários instrumentos dos sociais-democratas e de toda a reacção.

Têm razão quando afirmam que as forças reacçãoárias foram, finalmente, referenciadas pelo povo deste País. Efectivamente, todo o povo esclarecido sabe que o PPD milita nelas. Também são reacçãoários, na verdade, os que preconizam uma ditadura, mas não aquela por que lutamos — a ditadura do proletariado — que, não é mais do que sinónimo de democracia proletária (como a ditadura da burguesia significa democracia burguesa), sendo por isso uma verdadeira democracia para os operários, camponeses, intelectuais revolucionários e outros aliados do proletariado.

Os que choram os perigos da ditadura e combatem o Poder Popular já fizeram a sua escolha: escolheram a ditadura reacçãoária da burguesia.

Os que, como nós, lutam com toda a energia pelo Poder Popular também já fizeram a sua escolha: escolheram a Ditadura Revolu-

cionária do Proletariado.

A URSS não interfere no nosso movimento. A CIA é que domina o vosso partido. As nossas despesas são custeadas pelo suor dos nossos militantes e não temos lugar a lucros, como afirmam as vossas provocações.

Não sabemos se o povo recusou os comboios especiais que o PPD pôs à sua disposição, mas temos a certeza de ter sido transportado, para a última manifestação numa camioneta dos Serviços Florestais de Sanjurge (São assim as manifestações espontâneas!...).

Contra as provocações reacçãoárias: Avancemos na revolução socialista esmagando a social-democracia e ultrapassando o oportunismo pequeno-burguês: Por um programa de medidas imediatas contra os privilégios da burguesia e na defesa das massas trabalhadoras. Por um Governo de unidade revolucionária. Em frente pelo Poder Popular.

AVANTE PELO SOCIALISMO PARA CONSTRUÍR O COMUNISMO

Em Leiria

Ontem, terça-feira, foi assaltada e destruída a sede do MES em Leiria.

Este assalto veio na sequência da actual onda de violência contra as sedes dos partidos progressistas e revolucionários e de ameaças feitas contra o «centro de trabalho» de Leiria do PCP, o qual teve de ser protegido pelas forças militares.

Surpreendentemente, as forças militares não tiveram o mesmo comportamento firme aquando do assalto à nossa sede. A única intervenção dos militares foi no sentido de afastar do local os militantes e simpatizantes da esquerda, sem que houvesse qualquer espécie de intervenção contra os reacçãoários.

Segundo informações que colhemos, os oficiais que comandavam as forças de intervenção quando se verificaram as tentativas de assalto contra o centro de trabalho do PCP, foram mandados apresentar no Comando da Jregião Militar de Coimbra, pelo brigadeiro Franco Charais (um dos subscritores do «Documento dos Nove»).

O Movimento de Esquerda Socialista exige uma explicação clara acerca da mudança de comportamento das forças militares em Leiria e sobre as atitudes do sr. brigadeiro Charais.

Em Faro

Realizou-se em Faro na terça-feira, uma grande manifestação popular, contra o fascismo e o imperialismo, convocada pelas comissões de trabalhadores do distrito.

Nesta manifestação, em que participaram activamente mais de duas mil pessoas, falou um representante das comissões de moradores e o representante do MFA no quartel local.

Esta manifestação foi uma poderosa resposta das forças populares do distrito de Faro contra as manobras que a reacção procura desenvolver, ameaçando, também, no Sul, as conquistas revolucionárias alcançadas na dura luta dos explorados contra os exploradores, principalmente o poder popular.



Águeda, R. Dr. Adolfo Portela, 22

Almada, Praceta D. Isabel (R. Projectada à R. D. João de Castro) anexo 6.

Alverca, R. Brigadeiro Alberto Fernandes, lote 7, 1.º E.

Amadora, R. António Correia, 3

Angra do Heroísmo, R. Conselheiro Jacinto Cândido, 7

Aveiro, Av. Araújo e Silva, 22

Barcelona, Av. da Liberdade, 60-1.º

Beja, R. dos Infantes, 14, T. 22789.

Bombarral, Braga, Av. da Liberdade, 362-2.º, T. 27043

Caldas da Rainha, Trav. 5 de Outubro, 22

Cascais, R. Araújo Viana, 6

Castelo Branco, R. João de Deus, 54/58 T. 833.

Castro Verde, R. Nascimento Costa.

Chaves, R. das Longras, 20-2.º

Coimbra, R. Ferreira Borges, 125-3.º, Tel. 27718.

Covilhã, Praça do Município, 84-2.º, Tel. 24485.

Cuba, R. Serpa Pinto, 15.

Espinho, R. 19, n.º 57 r/c

Estarreja Estremoz, Largo da Republica, 42

Évora, R. Cândido dos Reis 70 (antiga R. da Lagoa).

Faro, R. Reitor Teixeira Guedes, 45 Tel. 26100

Figueira da Foz, Rua da Republica, 102, 1.º

Fundão, R. do Registo, 11-2.º

Gueifães, (Maia) R. da Monta, 9.

Guarda, R. Augusto Gil, 1-1.º

Guimarães, Rua da Rainha 138-2.º e 3.º

Lamego, Praça do Comércio, 93-3.º

Lavradio, R. António Charitton, 23 r/c.

Leiria, Rua Tenente Valadim, 66 r/c D.º

Lisboa, Av. D. Carlos I, 130, Tel. 600054.

Av. D. Carlos I, 146-1.º D.º Tel. 607127/28

Arroios, Rua de Arroios, 88-1.º

Campo de Ourique, R. Silva Carvalho, 255-1.º

Os Combates da Grande Guerra, 51-B Tel. 2514600

Oliveira de Azeméis, R. Luis de Camões, 21.

Ovar, R. Alexandre Sá Pinto, 64.

Peniche, R. Alexandre Herculano, 16/18.

Ponta Delgada, R. Tavares Resende, 100.

Ponte de Lima, Av. António Feijó.

Portalegre, R. 5 d'Outubro 79.

Porto, R. Gonçalo Cristóvão e R. 31 de Janeiro, 150-1.º, Tel. 319569.

Bonfim, R. do Bonfim, 10.

Matosinhos, R. Conde S. Salvador, 374.

S. João da Madeira, R. Vasco da Gama, 262.

Vilar de Andorinho S. Pedro do Sul, L. de S. Sebastião.

Santarém, R. Pedro de Santarém, 36, Tel. 23199.

Seia, R. Capitão António Dias.

Sesimbra, R. Ramada Curto, 6.

Serpa, R. do Calvário, 29.

Setúbal, R. José Adelino, 13 ao L. da Fonte Nova. Tel. 28595

Sintra, Vila Velha, R. Consiglieri Pedroso.

Tomar, R. Pedro Dias, 44

Viana do Castelo, R. de Alameda, 65/67.

Praça da Republica, 52, Tel. 22224.

Vila de Punhe (Neves) Vila Nova de Gaia, R. Teixeira Lopes, 123.

Vila Real, R. Teixeira de Sousa, 34

Vizéu, Trav. Cândido dos Reis, 37.

ASSINATURA

Poder Popular

6 meses 100000 12 meses 200000
apoio 300 \$ 00
estrangeiro-Europa 400000

Nome

Morada

Localidade Profissão

Administração: Av. D. Carlos I - 128, Lisboa (tel. 66 26 83)

...fazendo a Revolução

CONTRA O FASCISMO! CONTRA O CAPITAL! OFENSIVA POPULAR!

Face ao avanço da direita, à onda de violência reacçãoária que alastrava por todo o País, às manobras do capitalismo nacional, e internacional com o suporte Social-Democracia Melo Antunes, face a tudo isto, uma tomada de posição das massas trabalhadoras contra o fascismo e o capitalismo mostrava-se absolutamente correcta, necessária e urgente.

E assim que a iniciativa de algumas comissões de moradores de convocar uma manifestação com esse sentido encontrou nas massas trabalhadoras de Lisboa uma ampla adesão de dezenas de CTs, CMs, Sindicatos e partidos políticos progressistas, desejosos de mostrar a sua determinação em levar até ao fim o processo revolucionário em curso, o desmantelamento do capitalismo. Essa adesão veio a materializar-se em dezenas de milhares de trabalhadores presentes na grande manifestação de quarta-feira.

A iniciativa dizia-se autónoma e apartidária. No entanto as CMs que surgiam a tomar a iniciativa, para além da pouca representatividade, faziam pensar em certas ligações partidárias. E as palavras de ordem (propostas típicas das organizações ditas «marxistas-leninistas») faziam prever que viessem a ser tentadas formas de instrumentalização partidária do que deveria ser uma grande manifestação unitária pelo avanço da revolução e pela construção do poder popular rumo ao socialismo.

É aliás extremamente curioso notarmos que uma semana antes, a reunião no estaleiro da Margueira (Lisnave) em que participaram 29 comissões de trabalhadores, os elementos da UDP daquela empresa que aliás não pertencem sequer à respectiva CT) chefiados pelo seu deputado Américo Duarte, se tinham oposto à realização da manifestação que ali se discutia, alegando estar grande parte da população em férias, o que poderia transformá-la num fracasso. Uma semana depois, em pleno Agosto, com as mesmas pessoas em férias, surgem eles na organização de uma ou outra manifestação...

Apesar de tudo isto, era

extremamente necessário apoiar esta iniciativa surgida num momento de crise profunda que tornava decisivo que a classe operária e demais explorados mostrassem a todos os exploradores que estão firmemente decididos a lutar pelo avanço do processo que levará à abolição da exploração, à sua emancipação.

Foi neste espírito que o MES aderiu desde a primeira hora a essa jornada de luta apesar de ter bem clara a noção dos oportunismos que se desencadeariam.

No próprio texto em que anunciava o seu apoio o MES alertava a classe operária para a incorrecção das palavras de ordem anunciadas.

De facto, como explicar que nenhuma se referisse às manobras da social-democracia, a soldo do capitalismo explorador

E qual a razão por que, embora apoiando o documento do Copcon, nada se dizia sobre o reacçãoário documento Melo Antunes

Estas aberrações ficam mais claras se tivermos em conta que uma das organizações marxistas-leninistas (agora empenhada na reconstrução e do partido, tarefa a que subordinam os interesses da classe operária e da revolução) «apoiava criticamente o documento Melo Antunes pelo simples facto de aí se atacar o PCP (por que não, na mesma lógica, apoiar o CDS e o ELP que também não elogiam lá assim muito o PCP?)»

Porque é que, apesar de todas estas incorrecções e oportunismos, o MES apoiou a manifestação de quarta-feira

— Porque face à ofensiva da direita, era fundamental que a classe operária manifestasse publicamente a sua disposição de luta.

— Porque é no terreno da luta de massas que se desmascaram as posições incorrectas e oportunistas; é estando lá, e não demitindo-se, e desmobilizando que se luta pela hegemonia das posições correctas.

Os discursos finais, a



cargo da tal comissão organizadora unitária e apartidária são o exemplo acabado de tudo quanto acima afirmámos.

Foi manifesta a preocupação de ataque ao PC e de afirmação de posições que são as das organizações em causa, foi manifesto o objectivo de tirar frutos partidários daquela iniciativa (para ajudar a construir o «verdadeiro PCP»?), sobrepondo-se à necessária e apregoada necessidade de «unidade antifascista»

(A propósito: que dizer

daquele comunicado da UDP a repudiar o apoio do PC à manifestação. Afinal eram ou não as CMs quem organizava)

Tudo isto tem uma causa evidente na incapacidade dos que, não conseguindo apresentar uma alternativa revolucionária ao reformismo, se vêem obrigados a definir-se pela negativa, pelo anti-pcêismo, em ataques históricos e não científicos (por vezes de direita). E afinal o seu objectivo não é mais do que tentar tomar o lugar daqueles a quem acusam, e precisamente,

nos mesmos moldes e com os mesmos erros.

Ou não foi aquilo aproveitamento das massas para fins que não os seus. Ou não foi aquilo tentativa de instrumentalização de uma jornada de luta que devia estar acima das querelas partidárias, já que eram os interesses da classe operária e da revolução que ali estavam em causa.

Ou não foi aquilo pôr os interesses da seita (mesmo que se trate da «verdadeira seita») acima dos interesses dos explorados

A resposta foi dada com clareza pelos milhares de manifestantes que foram abandonando a praça em frente do Palácio de S. Bento à medida que os discursos iam sendo ditos.

A disposição de luta, a afirmação de dezenas de milhares de trabalhadores de que estão dispostos a lutar contra o capitalismo e exploração estava feita. Os exploradores e todos os reacçãoários ficaram a saber que terão uma recepção condigna, caso insistam em levar para diante os seus planos. Esta a grande lição da manifestação.

Por outro lado, não era para discutir quem era o verdadeiro partido e qual o traidor que os trabalhadores ali correram.

Tal discussão, fundamental, resolver-se-á na prática, e não em manifestações «unitárias» e «apartidárias».

Foi assim que a grande massa de trabalhadores, depois de uma jornada em que mostrou aos capitalistas, sociais-democratas e todos os oportunistas e traidores, que sabe bem o que quer e que responderá firmemente às suas manobras, depois disto afastou-se, deixando a discutir sozinho os poucos que ali tinham vindo com segundas intenções...



As massas trabalhadoras mostraram, na rua, a sua firme determinação de destruir a ditadura do capital e toda a exploração e opressão, e de lutar pela construção do Poder Popular e do Socialismo

O OPORTUNISMO É INIMIGO DA REVOLUÇÃO

Em todas as situações revolucionárias, homens houve que tendo assumido anteriormente compromissos políticos com as forças de vanguarda proletária na iminência dos afrontamentos decisivos, nas horas de verdade, abandonaram esses compromissos e passaram-se para a contra-revolução.

Não nos deve espantar, pois, as actuais posições dos que ridiculamente são chamados ex-MES, Melo Antunes e C.^a, etc. A grande revolução socialista de 1917 também teve os seus traidores — os Plekhanov, os Tsereteli, Milioukov, etc., que nos momentos supremos se bandearam com o imperialismo e a burguesia, esquecendo as profissões de fé revolucionárias do passado.

Esses (estes) homens correspondem rigorosamente à descrição de Marx e Engels feita numa carta escrita a Bebel e Liebknecht em 1879.

«Quando semelhantes pessoas oriundas de outras classes se ligam ao movimento operário, a primeira coisa que é preciso exigir-lhes é não trazerem com eles quaisquer restos de preconceitos burgueses ou pequeno-burgueses, mas que assimilem sinceramente a concepção proletária. Ora, estas pessoas, como demonstram, estão imbuídas até à saciedade de ideias burguesas e pequeno-burguesas. Se estes senhores tivessem criado um partido social-democrata pequeno-burguês estariam no seu direito; nesse caso nós poderíamos entender-nos com eles e até, de acordo com as circunstâncias, fazer bloco, etc. Mas num partido operário, eles constituem um elemento estranho. Se há razões para os tolerar durante um certo tempo somente estaremos obrigados a tolerá-los e a não lhes permitir ter a mínima influência na direcção do partido tendo sempre em conta que a ruptura com essa gente é apenas uma questão de tempo (...),

mas se essa gente chegar a ter mais ou menos em suas mãos a direcção do partido, este último está de facto castrado e privado para sempre do seu ímpeto proletário.» Essa é pois a razão de fundo pela qual, aqueles que já militaram nas nossas fileiras abandonaram o nosso movimento e se empenharam politicamente juntamente descobriram também uma vocação de (neste caso ex-M.F.A.) para conspirarem juntos contra a Revolução.

No seio do nosso movimento os ridiculamente chamados ex-M.E.S. flutuaram nas ambiguidades de linha que persistiram até ao primeiro Congresso. Nessa altura não tinha o M.E.S. uma rigorosa afirmação programática, e era possível aqueles que criticavam o reformismo do P.C.P. como as ilusões esquerdistas passarem por militantes revolucionários.

Mas a direcção política do M.E.S. esteve sempre nas mãos do núcleo de vanguarda proletária que amadurecia nas lutas populares uma definição programática comunista e uma linha política de massas revolucionária.

O primeiro Congresso do M.E.S. foi um momento em que, feitas as opções de classe claramente, as ambiguidades tinham de desaparecer. Foi assim que esse grupo intelectual teve de procurar dar uma consistência ideológica à fragilidade política do seu compromisso de classe, no seio da nossa organização. Num texto por eles proposto com base de discussões preparatórias do Congresso eles tomaram como teses fundamentais as seguintes: (esse texto foi assinado e também eram nove essas intelectuais na pequena história a farsa antecede muitas vezes a tragédia...)

A) A impossibilidade a breve prazo da Revolução Socialista em Portugal: justificada pelas características que atri-

buem ao operariado português, um grande malabarismo estatístico, classificado de quase artesanal na sua maioria; pelas interferências imperialistas e pela ausência de vanguarda de classe organizada e de consciência de classe dos trabalhadores e da classe operária.

Com isto, esses senhores queriam afastar do Programa do M.E.S. a definição da situação política portuguesa como situação pré-revolucionária. Sem o que as suas propostas de compromisso com sectores burgue-



ses liberais seriam injustificáveis.

b) A definição do M.F.A. como vanguarda revolucionária possível transitória, ignorando o seu carácter contraditório e a evolução que ao M.F.A. o avanço operário devia impor, como de facto impôs (11 de Março etc.).

c) a defesa da realização das eleições e da criação da legitimidade parlamentar no processo revolucionário.

d) A defesa confusa de um conjunto de órgãos fantasmas — tão de pressão chamados órgãos de poder popular, duplo poder, contra poderes de real viabilidade — como assembleias de região-plano, «comissões de defesa do emprego e outras coisas que só podem existir na cabeça de intelectuais desligados da luta real das massas trabalhadoras.

Resumindo, a posição defendida no nosso I Congresso por este gru-

po onde se integravam mesmo elementos que nenhum trabalho político desenvolveram dentro da organização — que toda a imprensa burguesa ao serviço do capitalismo e da exploração não tem parado de apoiar como grandes figuras dirigentes da nossa organização antes do Congresso) era clara competia ao M.E.S. definir um programa de Governo dentro de um aparelho de Estado revolucionário e interessava privilegiar a acção da organização ao nível do aparelho de Estado e dos centros do Poder político, no quadro de esforços voltado para a constituição de um bloco de forças sólidas, incluindo P.S. e P.C., numa unidade de tipo popular.

Nada sobre um programa de luta de massas anticapitalista!

Nada sobre a subordinação da intervenção no aparelho de Estado aos avanços e recuos da movimentação das massas trabalhadoras e da sua aliança com os oficiais progressistas do M.F.A.! Apenas generalidades sobre política externa, ensino, cultura e educação, habitação e urbanismo, encerravam o contributo desse grupo para a definição da linha política do M.E.S.

O I Congresso do M.E.S. rechaçou por maioria esmagadora estas teses e não elegeria nenhum dos seus subscritores para os órgãos de direcção do Movimento. Adoptou ainda a definição de movimento comunista, contra estas posições. A linha política aprovada no Congresso foi a linha política revolucionária de fortalecimento do movimento de massas em torno de objectivos claramente anticapitalistas, definindo a aliança fundamental do processo entre os oficiais progressistas e revolucionários, os soldados e marinheiros e o movimento popular de massas.

A adopção de uma estrutura orgânica centralizada tornou então insus-

tentável dentro do M.E.S., a presença destes oportunistas pequeno-burgueses dentro do M.E.S., que acabaram por preferir o vedetismo das colunas dos pasquins contra-revolucionários e as antecâmaras do poder à militância revolucionária dos comunistas do M.E.S.

Aliás do ponto de vista dos princípios de organização do movimento este grupo sempre se opôs, pela teoria e, sobretudo, pela prática a uma centralização e reforço da organização e da disciplina, alimentando os vícios



do ultra-democratismo, do individualismo e do liberalismo pequeno-burgueses.

A justificação para esta saída seria então dada nas páginas do contra-revolucionário Expresso: ALINHAMENTO DO M.E.S. foi caracterizada de «obreirista» e «neo-anarcosindicalista».

A partir daí, os ridiculamente chamados ex-MES) desenvolveram a posição que embrionariamente tinham defendido nas nossas fileiras; uma aliança política com sectores da social-democracia e com oficiais do M.F.A. sociais-democratas de esquerda numa tentativa de criação duma nova força política, dum partido verdadeiramente socialista que levasse por diante uma linha de compromisso histórico com o P.C. e eventualmente algumas forças da esquerda revolucionária. Esta linha de compromisso histórico, na situação portuguesa só poderia ser a cedência à recupe-

ração da burguesia que rapidamente assumiria características autoritárias.

As piruetas ideológicas prosseguiram desde então, com o auxílio gracioso de intelectuais dos sectores nebulosos da chamada «nova esquerda» europeia. Mas a ideia de construir esse partido verdadeiramente socialista) caiu em breve por terra o P.S. de Soares, apesar das cições, ocupou totalmente o espaço político desse projecto. Desde então os ridiculamente chamados ex-MES) passavam a dedicar-se nos bastidores do Poder à conspiração e à intriga político-militar, para conseguir um suporte no seio do próprio M.F.A. ao seu projecto. O desenvolvimento do processo revolucionário e a crescente organização das massas populares empurrou finalmente este grupo para o campo em que pelas suas posições sempre correram o risco de vir e cair o campo da contra-revolução

Os ridiculamente chamados ex-MES) são um grupo de intelectuais pequeno-burgueses oportunistas que sob um paleio marxista) (mas, claro, antileninista... em certas partes de Lenine) prosseguem objectivos carreiristas. Tendo imaginado que a queda do fascismo abria amplas perspectivas de cargos e honras de poder aos desalinhadados, aos intelectuais revolucionários antiburocratas) e «anti-imperialismos agarraram-se sucessivamente às formações políticas «novas — o M.E.S. na vanguarda proletária, o M.F.A. no processo revolucionário, esperando aí ter lugar de honra, toga académica de «professores da política».

Mas as situações revolucionárias não toleram oportunistas. Desmascaram-nos e reduzem-nos à sua verdadeira dimensão. Desses enfatuados oportunistas que, antes do 25 de Abril se esqueciam de compromissos

FIM À MISÉRIA DOS CAMPONESES!

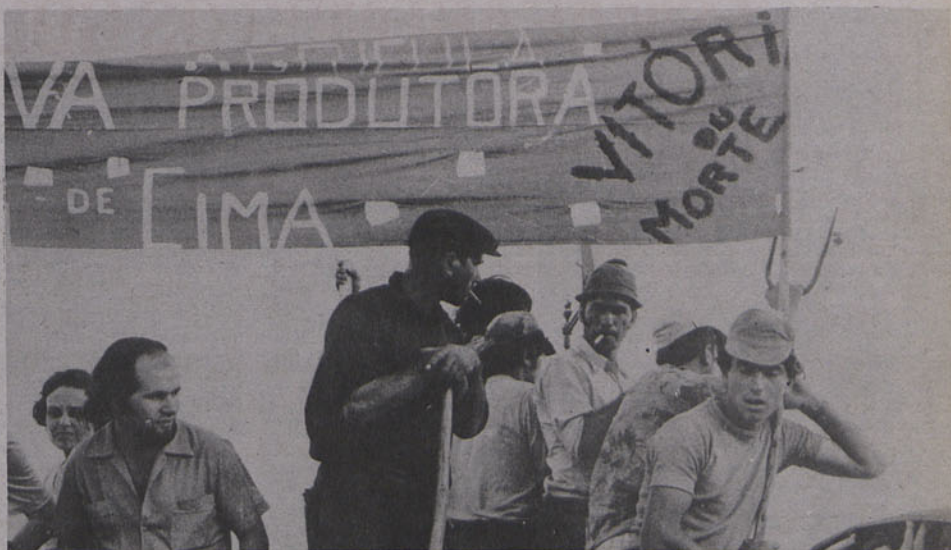
Qual é pois a nossa atitude para com os pequenos camponeses? E qual deverá ser o nosso procedimento para com eles no dia em que tomarmos o poder?

Em primeiro lugar, o programa francês está absolutamente correcto quando afirma que, mesmo prevendo o desaparecimento inevitável dos pequenos camponeses, não é nossa missão, nem pouco mais ou menos, acelerá-lo com a nossa interferência.

E, em segundo lugar, é também evidente que, quando tomarmos o poder, não poderemos pensar em expropriar violentamente os pequenos camponeses seja com indemnização ou sem ela) como o faremos com os grandes latifundiários. **A nossa missão acerca dos pequenos camponeses consistirá antes de mais nada em orientar a sua produção individual e a sua propriedade privada para um regime cooperativo, não pela força, mas pelo exemplo e prestando-lhes a ajuda social para este fim.** E aqui teremos, certamente, amplos meios para apresentar ao pequeno camponês as vantagens prováveis que já hoje têm que parecer-lhe evidente.

O primordial nisto tudo é, e continua a ser, fazer compreender aos camponeses que só podemos salvá-los, conservar-lhes a propriedade da sua casa e das suas terras convertendo-a em propriedade e exploração colectivas. É precisamente a exploração individual, condicionada pela propriedade individual, a que leva os camponeses à ruína. Se se agarram à exploração individual, serão inevitavelmente desalojados da sua casa e da sua terra, e o seu método antiquado de produção será desprezado pela grande exploração capitalista. Assim está delineado o problema e nós oferecemos aos camponeses a possibilidade de que eles próprios introduzam a grande exploração, não por conta do capitalista, mas por sua própria conta, colectivamente. Não será possível fazer compreender aos camponeses que isto é o seu próprio interesse, que é o seu único meio de salvação?

Nem agora nem nunca, poderemos prometer aos pequenos camponeses a conservação da propriedade individual da terra contra a força arrastadora da produção capitalista. A única coisa que podemos prometer-lhes é que não interferiremos violentamente no seu regime de propriedade contra a sua vontade. Podemos tratar também de conseguir que a luta dos capitalistas e dos grandes latifundiários contra os pequenos camponeses se faça, já hoje, com a menor quantidade possível de meios ilícitos, evitando dentro do possível o roubo e a fraude directos, que se produzem com tanta frequência. Isto só se conseguirá em casos excepcionais. No modo de produção capitalista desenvolvido, ninguém sabe onde acaba a honestidade e começa o logro. Mas o facto da autoridade pública se pôr de lado do autor da burla ou do lado do burlado supõe sempre uma diferença considerável. E nós estamos resolutamente do lado do pequeno camponês; faremos tudo quanto seja admissível para tornar mais suportável a sua sorte, para lhes tornar mais fácil a sua transição para o regime cooperativo, no caso de se decidir por ele, e inclusivamente para facilitar-lhe um prazo mais longo para permanecer na sua parcela de terreno, se não se decidir a tomar esta determinação. E fá-lo-emos assim, não só porque consideramos o pequeno camponês que trabalha a sua terra como alguém que virtualmente nos pertence, mas, além disso, por um interesse directo de parte. Quanto maior for o número de camponeses que possamos salvar de serem atirados para o proletariado, que possamos ganhar já como camponeses, mais rápida e facilmente se levará a cabo a transformação social. Não temos interesse



em esperar que para que esta transformação se produza na produção capitalista, em todos os lados e até às suas últimas consequências, tenham caído como vítimas da grande exploração capitalista até ao último pequeno artesão e ao último pequeno camponês. Os sacrifícios materiais que sejam preciso fazer-se neste sentido no interesse dos camponeses, custeados pelos fundos públicos, poderão ser considerados do ponto de vista da economia capitalista como dinheiro deitado fora, mas serão, apesar disso, um excelente investimento, pois poupará, talvez, uma quantidade decuplicada nos gastos da reorganização da sociedade em geral. Portanto, neste sentido poderemos proceder muito generosamente com os camponeses. Este não é o lugar adequado para entrar em detalhes, nem para formular proposições concretas neste sentido temos que nos limitar aqui a focar o problema nos seus traços gerais.

Segundo isto, não podemos prestar, não já ao partido, mas especialmente aos próprios pequenos camponeses, pior serviço do que fazemo-lhes promessas que despertem neles a simples aparência de que nos propomos manter de modo permanente a pequena propriedade. Isto equivaleria a fechar directamente aos camponeses o caminho da sua libertação e degradar o partido ao nível da velhacaria antisemita. Pelo contrário, é dever do nosso partido fazer ver constantemente e sem cessar aos camponeses que a sua situação é absolutamente desesperada enquanto o capitalismo dominar, fazer-lhes ver a absoluta impossibilidade de manter a sua pequena propriedade como tal, a absoluta certeza de que a grande produção capitalista passará por cima da sua importante e antiquada pequena exploração, como um comboio por cima de um carro de mão. Se o fizermos assim, trabalharemos como exige a inevitável evolução económica, e esta evolução fará que os pequenos camponeses prestem atenção às nossas palavras.

Passemos agora à categoria dos camponeses mais abastados. Aqui, como resultado tanto das divisões por herança como das dívidas e da venda forçada de terras, encontramos toda uma escala de graus intermédios desde o pequeno camponês até ao grande camponês que possui toda a sua herdade patrimonial, à qual, inclusivamente, agregou novas terras. Nos locais onde o camponês médio vive entre pequenos camponeses, não se distingue substancialmente destes nem pelos seus interesses nem pelas suas ideias; a sua própria

existência o obriga a observar quantos dos camponeses da sua categoria desceram já ao nível de pequenos camponeses. **Mas o problema muda completamente onde predominam os camponeses médios e os ricos e onde o tipo de exploração requer a ajuda de trabalhadores com carácter geral.** Naturalmente, um partido operário tem que defender, em primeiro lugar, os interesses dos assalariados e, portanto, o interesse dos trabalhadores e dos jornaleiros. **É terminantemente proibido fazer qualquer promessa aos camponeses que inclua o problema da escravidão assalariada do operário.** Mas enquanto os grandes e médios camponeses continuarem a existir não poderão prescindir de trabalhadores assalariados. E assim, se pela nossa parte é simples necessidade apresentar aos pequenos camponeses a perspectiva de que poderão continuar a viver constantemente como tais, prometer outro tanto aos grandes e médios camponeses seria já algo semelhante à traição.

... Nós estamos economicamente seguros de que também os grandes e médios camponeses terão que sucumbir inevitavelmente ante a concorrência das fazendas capitalistas e da produção barata de cereais do ultramar, como o demonstram as dívidas crescentes e a decadência evidente de que são vítimas também estes camponeses. Contra esta decadência, a única coisa que podemos fazer é recomendar também aqui a reunião das herdades em fazendas cooperativas, nas quais se possa ir descartando cada vez mais a exploração do trabalho assalariado, para poder convertê-las pouco a pouco em ramos iguais, em direitos e em deveres, da grande cooperativa nacional de produção. Se estes camponeses se apercebem de que o desaparecimento do seu modo de produção actual é inevitável e descobrem as consequências necessárias de isto, que venham ter connosco, e imediatamente nos encarregaremos de facilitar-lhes também a eles, na medida das nossas forças, a transição para o novo modo de produção. De outro modo, teremos que abandoná-los à sua sorte e dirigimo-nos aos seus operários assalariados, dos quais conseguiremos fazer-nos escutar. **É provável que também aqui devamos abster-nos de uma expropriação violenta, contando, de resto, com que a evolução económica se encarregue de fazer entrar também a razão nestas cabeças duras.**

CRIANDO O EXERCITO POPULAR ESMAGAREMOS OS GOLPISTAS!



Na Rússia, em 1917, o Exército Popular era assim!

«Eu filho do povo trabalhador e cidadão da República Soviética, assumo o título de soldado do Exército dos camponeses e operários.

Juro que cumprirei estritamente a disciplina revolucionária.

Juro que pela do socialismo não pouparei energias ou mesmo a vida. Se falhar este meu juramento deverei ser punido pelo braço inflexível da Lei revolucionária

(Juramento dos homens sem farda do Exército Vermelho»).

Camaradas, soldados, marinheiros, sargentos e oficiais revolucionários

Embora nos custe a acreditar, há por aí alguns militares que querem fazer voltar as Forças Armadas ao 24 de Abril de 1974. Há alguns militares e muitos civis...

Quem propõe a dissolução pura e simples e imediata da organização democrática que nós conseguimos conquistar para as Forças Armadas, e que é que está a propor senão isso? O que quer dizer «Dissolver a Assembleia do MFA, dissolver todas as ADU's e GDU's»?

E este o objectivo dos «nove» daqueles que os apoiam. Regressar ao passado liquidando as estruturas democráticas existentes nas Forças Armadas, anular a liberdade de acção e organização dos soldados e marinheiros, sanear os oficiais progressistas e revolucionários. Este seria o resultado de uma vitória dos «nove». Fazer regressar as Forças Armadas ao 24 de Abril foi frase ouvida e vinda da boca de um dos oficiais do grupo dos «nove».

Ao nível das Forças Armadas isso significa abrir as portas à imposição de uma disciplina militarista e fascista e fechar as portas à melhoria das condições de vida dos soldados, marinheiros e todos os militares. Não é isto que nós queremos, Camaradas!

Nós lutamos para que o Exército se coloque ao lado do povo, acabando por se fundir com o povo no avanço pelo socialismo através da construção do Poder Popular.

Mas é isso exactamente o que pretendem os «nove» com o seu documento.

Para eles, o Poder Popular é anarco-populismo; para eles, a independência nacional é a sujeição às ordens dos seus patrões europeus sociais-democratas do Mercado Comum e da EFTA; para eles, as conquistas democráticas que conseguimos são o maior mal do 25 de Abril. Podera!

Os reaccionários sempre se opuseram e sempre se hão-de opor a qualquer conquista, qualquer avanço realmente revolucionário que eles não possam controlar. Porque a questão é esta: quem está com a revolução percebe que esta só se faz avançando sempre! Quem está contra a revolução também percebe que é necessário travá-la!

E o documento dos «nove» não é mais do que o travão de que todos os reaccionários deste País precisavam para travar a marcha irresistível dos trabalhadores portugueses, dos soldados e marinheiros, sargentos e oficiais progressistas que, aliados num mesmo ideal revolucionário, desencadearam em direcção ao socialismo.

Camaradas, nós, soldados, marinheiros, sargentos e oficiais progressistas não precisamos de saber mais para estarmos decididamente contra os «nove» e o seu projecto.

Mas vejamos ainda como fizeram para impor a aprovação do seu papel em muitas unidades.

Fizeram jogo sujo, apareceram, reuniram ou todos os militares da unidade ou por classes e sem qualquer explicação, saltando por cima das estruturas já existentes, puseram o papel à votação. Apanhados de surpresa muitos de nós votámos a favor. Qual era o objectivo desses oficiais? Era pura e simplesmente dividir. Não explicaram nada, não deram oportunidade para uma discussão séria, e em

algumas unidades, como na Guarda, por exemplo, prenderam um miliciano que teve a coragem de votar contra!

Isto serve para nos fazer compreender qual é a sua política. É uma política de gabinete feita nas costas dos soldados, marinheiros, feita nas costas do povo. Uma política que visa dividir as Forças Armadas para de seguida dar o golpe.

Camaradas:

A via social democrata que os «nove» e aqueles que os apoiam querem impor é o caminho certo que leva ao fascismo. É o caminho da traição!

Face a isto não podem restar dúvidas. É preciso estarmos vigilantes e atentos a qualquer movimentação dos oficiais potencialmente golpistas. É preciso estarmos unidos na defesa das estruturas democráticas que estão a funcionar e com os oficiais progressistas e revolucionários.

É preciso, cada vez mais, ligação às estruturas democráticas e populares, comissões de moradores e de trabalhadores e não haver hesitações na repressão aos motins provocados pelos agentes do fascismo e da social-democracia. O poder revolucionário tem o dever de reprimir o poder dos reaccionários!

**AVANTE PELO PODER POPULAR!
OPERÁRIOS, CAMPONESES, MARINHEIROS, UNIDOS VENCEREMOS! EM FRENTE PELO EXÉRCITO POPULAR!
UNIDADE DOS SOLDADOS E MARINHEIROS COM OS SARGENTOS E OFICIAIS PROGRESSISTAS E REVOLUCIONÁRIOS!**